



PRÁTICAS TRADICIONAIS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS NO ESTADO DE RONDÔNIA¹

Gleimíria Batista da Costa²

Heleniza Ávila Campos³

RESUMO: O presente estudo analisou as práticas tradicionais de extração de produtos florestais nas Reservas Extrativistas - Resex no Estado de Rondônia. A pesquisa foi desenvolvida utilizando dados secundários existentes em documentos oficiais de órgãos públicos, e por dados primários, obtidos por meio de questionário e entrevistas realizadas com os representantes das Resex e representantes das famílias das reservas. A pesquisa aponta que as Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia têm suas atividades econômicas baseadas na venda de produtos como a borracha, castanha e óleo de copaíba, a exploração de recursos madeireiros nessas unidades vem despontando como uma das alternativas de renda. Concluiu-se que as políticas públicas exercem um papel de destaque para a permanência dessas práticas tradicionais nas RESEX.

Palavras-chave: Unidade de Conservação, Resex, Extrativismo, Desenvolvimento Territorial, Práticas Tradicionais.

ABSTRACT: This study examined the persistence of traditional practices of extraction of forest products in the Extractive Reserves - Resex in the State of Rondônia. The survey was developed using existing secondary data on official documents from government agencies, and primary data obtained through questionnaires and interviews with representatives of Resex and representatives of families of the reserves. The research shows that extractive reserves in Rondonia State have their economic activities based on sales of products such as rubber, cashew and copaiba oil, the exploitation of timber resources in these units has emerged as an alternative income. We conclude that public policies play a prominent role for the permanence of these traditional practices in RESEX.

Keywords: Conservation Unit, Resex, Extraction, Territorial Development, Traditional Practices.

¹Parte da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

²Dra. em Desenvolvimento Regional/UNISC. Professora da Fundação Universidade Federal de Rondônia-UNIR. E-mail: gleimiriacosta@hotmail.com.

³Dra. em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora adjunta na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.



INTRODUÇÃO

A ação humana na região amazônica tende a penetrar todos os recantos do território. Em termos de políticas públicas, uma das poucas ações que visa minimizar a força do homem em busca da acumulação de riqueza e poder é a criação de áreas protegidas: Terras Indígenas, Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, na tentativa de instituir ilhas de florestas primárias, somadas às áreas de proteção nas propriedades privadas. Em conjunto, as áreas protegidas em Rondônia, por exemplo, totalizam 106.617 km², ou 45% do território do estado (RIBEIRO et al, 2005). Ressalta-se que, em 1988, com a primeira aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia, foi definida a zona IV para a criação das Reservas Extrativistas.

Em 1990, com a pressão exercida por organizações sociais, entre elas a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), sobre Governo do Estado de Rondônia, teve início o processo de criação das Reservas Extrativistas Estaduais. Além disso, a criação de Unidade de Conservação - UC fazia parte do compromisso para aprovação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO.

A construção desses espaços coletivos tradicionais destinados às Resex se deu de forma semelhante em todo o Estado de Rondônia, priorizando locais onde existiam antigos seringais, como forma de garantir a permanência dessas populações, bem como seu modo de vida, baseado no extrativismo vegetal e agricultura de subsistência.

A relevância das Reservas Extrativistas está não somente em seu caráter produtivo e conservacionista, simultaneamente voltado para as peculiaridades socioambientais da Amazônia, mas também no sentido alternativo e propositivo de que se revestem no contexto das lutas dos povos da floresta.

Buscou-se o entendimento sobre como as práticas tradicionais estabelecem relações de permanência com o território em que se inserem, a partir da seguinte indagação: como as práticas tradicionais estabelecem relações com o território no qual estão inseridas?

Objetivou-se analisar as práticas tradicionais no ambiente vulnerável utilizando como estudo de caso a atividade do extrativismo vegetal nas 21 Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia, entendendo-se “práticas tradicionais” como ações geradas pelo



conhecimento acumulado e transmitido de geração em geração. Além de contribuir para o estudo do tema, as Resex, originalmente, se fundamentam no pressuposto de que a lição que “os povos da tradição⁴” oferecem para a história, por meio do seu modo de viver em comunidade.

2 Potencialidades Econômicas da Amazônia e o Papel do Extrativismo na Região

A Amazônia apresenta a maior diversidade de espécies de mamíferos entre os biomas brasileiros. Das 397 espécies de mamíferos amazônicos, a maioria (58%) não ocorre em nenhum outro bioma brasileiro. É a mais alta proporção de endemismo entre os biomas terrestres do Brasil (PAGLIA *et al*, no prelo). A Amazônia também é o bioma brasileiro com mais a alta diversidade de espécies de lagartos (109) e de serpentes (138) (RODRIGUES, 2005).

Soma-se ao alto índice de endemismos e alto número de espécies a alta diversidade de ecossistemas no vasto território amazônico. É preciso considerar a fragilidade dessa intrincada rede de relações das espécies entre si e com o ambiente, configurada em múltiplos arranjos de vegetação e de *hábitats*, de cujo equilíbrio depende o clima, a qualidade da água, o solo, a reciclagem de nutrientes e demais serviços ambientais (IMAZON/ISA, 2011).

Mesmo em áreas não atingidas pelo corte raso das árvores, por exemplo, a abertura de trilhas torna a floresta mais suscetível a incêndios e a circulação de pessoas pode disseminar parasitas ou doenças, como o fungo responsável pelo declínio dos anfíbios (*Batrachochytrium dendrobatidis*), já detectado em países vizinhos (YOUNG, 2004). No universo dos invertebrados, pequenas alterações podem levar a extensos desequilíbrios, imperceptíveis aos olhares leigos. Em trechos de floresta sob pressão de fragmentação, a tendência é mudar rapidamente a abundância, riqueza de espécies e composição dos besouros responsáveis pela decomposição da matéria orgânica, levando a drásticas alterações na reciclagem de nutrientes (KLEIN, 1989).

⁴ Refere-se aos povos que, historicamente, guardam suas singularidades, mantendo práticas tradicionais, como por exemplo, os indígenas. Nos povos da floresta, a tradicionalidade do conhecimento é expressa pelo processo de transmissão desse conhecimento de geração a geração.



Como consequência, mudam os padrões de dispersão de sementes e o potencial de manutenção ou regeneração da mata (ANDRESEN, 2003). Sem contar o rápido incremento na quantidade e na atividade das formigas cortadeiras, com severos impactos sobre a estrutura da vegetação (FREITAS *et al*, 2005).

O processo de ocupação da Amazônia Legal tem sido marcado pelo desmatamento, pela degradação dos recursos naturais e por conflitos sociais. Em pouco mais de três décadas de ocupação, o desmatamento atingiu cerca de 18% do território. Além disso, extensas áreas de florestas sofreram degradação pela atividade madeireira predatória e incêndios florestais. Como qualquer ecossistema, a Amazônia tem um ponto limite (*threshold*) além do qual não será possível recuperá-la (IMAZON/ISA, 2011).

Com o início do século XXI, está cada vez mais evidente que a Amazônia precisa de um modelo de desenvolvimento regional que seja capaz de conciliar crescimento econômico, qualidade de vida e conservação dos recursos naturais.

Embora a adoção desse modelo seja um enorme desafio, dois fatores oferecem oportunidade para que isso ocorra ao longo da próxima década. O primeiro fator é a importância estratégica dos recursos naturais da região para o Brasil e para o mundo em termos de regulação do clima e diversidade biológica. Segundo, a região tem riquezas superlativas com valor crescente na economia, o que inclui desde os produtos da floresta e da biodiversidade até o vasto potencial hidrelétrico dos seus rios e os ricos depósitos minerais (IMAZON/ISA, 2011).

O documento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2006), traz algumas reflexões feitas acerca dessas potencialidades.

Dentro de um conceito histórico, a bacia Amazônica abrange ecossistemas florestais e savânicos, ocupa uma extensa área do território brasileiro, abrigando potencialidades naturais, cujas dimensões e características tanto propiciam um leque de oportunidades de desenvolvimento sustentável quanto estabelecem limites e condições ao modelo de desenvolvimento (MDA, 2006).

Ocorre que esses modelos de desenvolvimento podem ser especificados de diversas formas. Nesse caso, inicia-se pelo patrimônio biológico, pois a Amazônia abriga um terço das florestas tropicais úmidas do planeta, que concentram cerca de 30% da diversidade biológica mundial e apresentam potencial genético, princípios ativos de



interesse econômico e social e oferta de produtos florestais com alto valor no mercado (MDA, 2006).

O MDA afirma que essa floresta é administrada, em sua maior parte, por um mesmo Estado Nacional. Seus habitantes acumularam conhecimento singular sobre suas características e seu funcionamento. Assim, o patrimônio biológico representa potencial ecológico, econômico e político, de importância estratégica regional, nacional e internacional.

Quanto à hidrografia, a bacia hidrográfica amazônica em território brasileiro estende-se por mais de 4,5 milhões de km² e reúne mais de 1.100 afluentes. Pela bacia do rio Amazonas flui cerca de 20% da água doce não congelada do planeta, recurso cada vez mais escasso, e 80% da água disponível no território brasileiro. Essa potencialidade hidrográfica alcança a região do Estado de Rondônia, fortalecendo ainda mais o potencial de reservas extrativistas que contemplam essa riqueza.

O potencial hidrelétrico é necessário para o País, tanto que o rio Madeira é palco desse cenário com projeto estruturante como o complexo das Usinas do Madeira, onde estão sendo construídas as Usinas de Santo Antônio e Jirau. A bacia dispõe, ainda, de recursos pesqueiros e potencial para a aquicultura.

Quanto ao estudo do solo (Pedologia), a Amazônia possui mais de quinhentos milhões de hectares de solos com aptidão agrícola variada, cerca de um oitavo dos quais em uso.

Quanto à geologia, a Amazônia possui um subsolo com gigantescas reservas de minérios tradicionais em exploração (ferro, bauxita, ouro, cassiterita e manganês) e ocorrências de minérios com potencial para novas aplicações tecnológicas (nióbio, titânio). Os limites ou condicionantes ao desenvolvimento sustentável são o outro lado da moeda desses potenciais. Em termos físicos, dizem respeito, entre outros, à reduzida fertilidade de parte dos solos; à elevada pluviosidade; às pragas, doenças e ervas daninhas do trópico úmido; e à distância de mercados. Em termos socioeconômicos, destacam-se a infraestrutura precária, a pobreza, a baixa escolaridade e a falta de estruturas institucionais apropriadas. A própria abundância de recursos favorece sua exploração insustentável e o isolamento dificulta a integração econômica, social e política.

Apesar dessas potencialidades, as dificuldades de se incorporar a Amazônia à dinâmica de desenvolvimento nacional, ora por culpa do modelo estabelecido, ora pela falta



de tecnologia ou capital, ou ainda pela opção político-territorial equivocada, a Amazônia brasileira foi tratada por muito tempo como território homogêneo e sujeito a ações de caráter padronizado, como se a floresta tropical pudesse ser considerada espaço físico a ser desbravado e ocupado, nos moldes do que ocorreu com outras áreas do globo e do país, a partir da falsa premissa de que a mesma ocupava toda a extensão territorial da região (MMA, 2004).

Os insucessos do modelo, conforme Plano Amazônia Sustentável (MMA, 2004) documento, de inserção regional remonta a quatro séculos de ocupação, das primeiras missões religiosas aos grandes projetos de desenvolvimento, vários deles, inclusive, com concepção, capital e tecnologia internacional. Os seguidos revezes que caracterizaram esse esforço até o presente exemplificam a dimensão do desafio de se incorporar a região, em bases sustentáveis, ao esforço nacional de desenvolvimento e ao mesmo tempo promover um modelo de desenvolvimento regional com identidade própria.

A compreensão de que o território amazônico é complexo e multifacetado, e que a diversidade regional é antes de tudo uma oportunidade, que nos remete à necessidade de compreendê-la melhor. Assim, norteando um novo olhar para a região, em que espaços distintos, com características próprias, se distinguem e se complementam em prol da melhoria da qualidade de vida da população local, cumprindo, na sua amplitude, o papel de destaque que cabe a Amazônia no cenário político-institucional brasileiro.

No território, podem coexistir extrativismo e alta tecnologia, receitas de cura objeto da observação de populações tradicionais, e complexos experimentos oriundos das fantásticas oportunidades que a biotecnologia regional pode produzir. Podem, ainda, coexistir projetos de infraestrutura energética, com pequenas centrais hidrelétricas e atividades agropecuárias altamente tecnificadas com a agricultura familiar tradicional e unidades de conservação de proteção integral com as de uso sustentável (MDA, 2006).

É essa diversidade e sua respectiva tradução territorial que devem nortear o novo olhar para a região, em que espaços distintos, com características próprias, se distinguem e se complementam em prol da melhoria da qualidade de vida da população local, cumprindo, na sua amplitude, o papel de destaque que cabe à Amazônia no cenário político-institucional brasileiro.

O território amazônico e sua rica diversidade surgem com uma nova proposta de desenvolvimento, um novo olhar para o território, caracterizando-se como instrumento de



redefinição da abordagem estratégica que se propõe à região, entre elas o potencial das Reservas Extrativistas.

Outro potencial se encontra no extrativismo das RESEX, que faz parte do cotidiano das populações das florestas desde o século XVII, mas foi a partir do século XVIII que a região despertou interesses econômicos, com as chamadas "Drogas do Sertão", plantas medicinais, óleos, resinas, cacau, peles, peixes e carnes secas. Embora, naquele período, tivessem sido estabelecidas, às margens dos grandes rios, fazendas para pecuária e agricultura - cacau, café, algodão, estas possuem pouca significação, quando comparadas com as atividades extrativas (SAULE, 2005).

As reservas extrativistas foram estabelecidas pela confluência de diversas condições favoráveis se deram no tempo devido. As Resex são, portanto, o resultado de uma tentativa de conciliar a resolução de problemas socioeconômicos com a conservação da floresta nativa, como política específica de reforma agrária e proteção ambiental, à semelhança dos modelos criados nos países desenvolvidos para proteger seus recursos naturais, no entanto, adaptado para permitir a presença humana (ALLEGRETTI, 2008). Foi a reação em conjunto das comunidades afetadas, principalmente os seringueiros, com os movimentos ambientalistas, nacional e internacionalmente (MACIEL, 2003).

A Resex representa, portanto, um tipo criativo de solução para as comunidades, consolidando uma experiência de conservação com presença humana, superando dilemas de implantação de políticas ambientais (CAVALCANTI, 2002).

O êxito do movimento dos seringueiros que, articulados por partidos políticos, mas não dirigidos por eles, construíram alianças com vários setores da sociedade, sensibilizando a opinião pública e viabilizando suas aspirações (ALLEGRETTI, 1997; ALLEGRETTI, 2002).

Segundo Siena et al, (2011), atualmente os moradores das reservas exploram açaí nativo, a castanha-da-Amazônia, o óleo da copaíba, látex e babaçu, no entanto, possuem, em boa parte, baixo valor agregado levando os produtores a enfrentar a concorrência competitiva de outros produtos, principalmente em termos de custo, qualidade e entrega. Há forte potencial de mercado da biodiversidade contida nas florestas, várzeas, cerrados e rios amazônicos, que possuem diversificadas espécies de plantas superiores, com um potencial para uso medicinal, cosmético ou como bioinseticida e espécies de frutas comestíveis, além da rica fauna silvestre.



Na atual conjuntura, produtos florestais não madeireiros, comercializados ou não, são indispensáveis para a sobrevivência da população rural tradicional ou agroextrativista, que exige pouca renda monetária e é responsável pela gestão dos territórios. Os produtos naturais existentes atendem o autoconsumo, mercado interno e o externo, nesta ordem de importância, com tendência à mercantilização crescente e âmbito geográfico cada vez maior.

Segundo o autor, os principais produtos florestais utilizados para auto consumo alimentar nas Resex são: açaí, araçá, araticum, babaçu, bacaba, bacuri, biribá, buriti, buritirana, cacau, caju, camucamu, cupuaçu, graviola, jambo, jenipapo, manga, mangaba, murici, pequi, pitanga, pupunha, uxi. Embora nenhum deles tenha valor de produção elevado, a amplitude do conjunto expressa sua importância. Os produtos de uso medicinal incluem andiroba, copaíba e outras plantas. Esses produtos também são vendidos em mercados locais e regionais. Outros produtos florestais são utilizados localmente como fonte de combustível, material de construção, como no caso das palmeiras e matéria-prima para bens de consumo não mercantis.

Conforme apontado por Siena et al (2011), alguns produtos florestais estão sendo comercializados em mercados nacionais, tais como o açaí, o guaraná, as frutas tropicais (em forma de polpas, doces e sorvetes), o palmito (pupunha e açaí), diversos fitoterápicos e fitocosméticos, o couro vegetal, o artesanato de capim dourado e o artesanato indígena.

A biodiversidade ainda pode ser aproveitada indiretamente para a produção animal. A apicultura, que depende de floradas e água limpa e não tolera queimadas, está se mostrando uma forma excepcional de combinar a geração de renda e a conservação de ecossistemas amazônicos. Na mesma linha, o manejo da fauna silvestre em sistemas extensivos ou semiextensivos aproveita a biodiversidade na forma de pasto apícola ou de forragem fornecida pela natureza para animais, tais como catetos, queixadas, capivaras e emas, cujas carnes estão chegando a restaurantes, churrascarias e supermercados. Muitos produtos da floresta implicam criatividade artística. As populações tradicionais e indígenas da Amazônia produzem grande variedade de artesanato e peças de arte (SIENA et al, 2011), como as biojóias produzidas com cipós e sementes retirados da floresta.

À medida que aproveitam resíduos, os pequenos objetos de madeira vendidos localmente ou para turistas seguem a mesma lógica dos produtos não madeireiros. Observa-se que muitos produtos florestais não madeireiros estão intimamente ligados à



identidade regional ou a grupos específicos, com destaque para o artesanato indígena. Não se trata de *commodities*, mas de produtos com identidades socioambientais específicas.

Todos esses produtos têm o envolvimento das famílias rurais, as quais dedicam-se principalmente à agricultura. Apenas raramente elas estão dedicadas exclusivamente à extração ou ao beneficiamento dos produtos florestais que fazem parte de sistemas de produção diversificados, baseados na produção agrícola e na criação de animais.

A produção agropecuária familiar-policultural, mescla-se com as atividades extrativistas, obedecendo em grande parte à mesma lógica de diversificação. Embora os extrativistas clássicos, os seringueiros, não tenham praticado a agricultura ou a criação enquanto estavam presos ao sistema de aviação, atualmente todos os extrativistas são agricultores familiares. Praticamente todos os pescadores artesanais também possuem suas plantações e criações.

Assim, para retratar melhor a complexa realidade amazônica, fala-se atualmente em “agroextrativismo” em vez de “extrativismo”. As atividades extrativistas quase sempre são elementos complementares em sistemas diversificados de produção familiar. Por outro lado, os sistemas agroflorestais, que incorporam culturas permanentes arbóreas, portanto não extrativistas, podem fazer parte dos sistemas de produção familiares-policulturais.

Em termos regionais, segundo o autor, os produtos florestais não madeireiros estão amplamente difundidos em toda a Amazônia Legal, especialmente no que diz respeito ao autoconsumo. Até o momento, a inserção no mercado se dá principalmente no Arco do Povoamento Adensado⁵, exceto quando o produto está restrito às ocorrências localizadas.

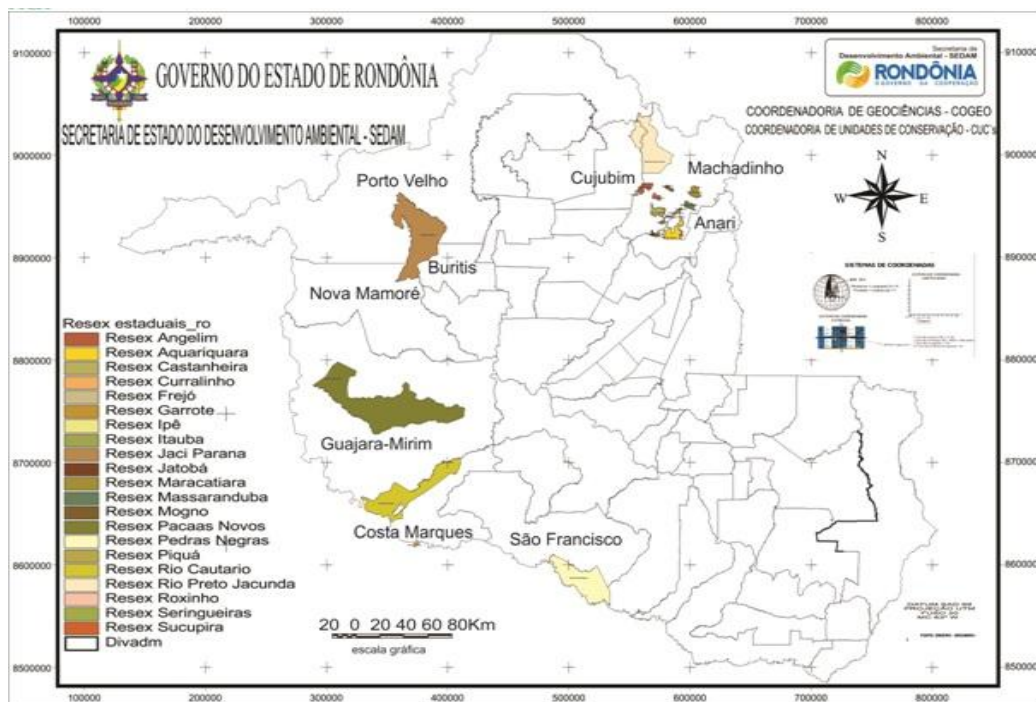
Além da agroindústria, tratada mais adiante, existe e pode crescer a indústria florestal não madeireira, abrangendo desde o beneficiamento primário da matéria-prima, até a elaboração de produtos finos acabados como a jarina, o couro vegetal, os fitoterápicos e os fitocosméticos. Essa bioindústria depende de tecnologia de diversos níveis, desde o mais alto - molecular, até tecnologia de produção, passando pelo nível intermediário de inventários e estudos biológicos. A Amazônia dispõe de alguns laboratórios e conhecimentos etnobotânicos e etnofarmacológicos, ao lado de saberes tácitos de milhares de pequenos coletores e fabricantes, mas faltam mecanismos apropriados de desenvolvimento e difusão tecnológica.

⁵ Corresponde aos Estados do Mato Grosso, de Rondônia e do Tocantins, e as partes do Sudeste e do Nordeste do Pará, do Sudeste do Acre e do Sul do Amapá.

3 A PESQUISA

O estudo foi elaborado com base nos dados obtidos por meio dos questionários aplicados nas 21 Reservas Extrativistas Estaduais, localizadas nos seguintes municípios: Resex Rio Jaci-Paraná, em Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré; Resex Rio Pacaás Novos, em Guajará- Mirim; Resex Rio Cautário e Currealinho, em Costa Marques; Resex Pedras Negras, em São Francisco do Guaporé; Resex Rio Preto Jacundá, Maracatiara, Castanheira, Roxinho, Mogno, Angelim, Ipê, Freijó, Massaranduba, Seringueiras, Garrote, Piquiá, Jatobá, Sucupira, em Machadinho D'Oeste e Resex Aquariquara, Itaúba, no Vale do Anari. Os seus principais produtos extrativistas são a castanha, borracha e o óleo de copaíba. No mapa constam as localizações das Resex Estaduais.

Figura 01 – Localização das 21 Resex Estaduais do Estado de Rondônia



Fonte: SEDAM/LCF/COGEO, 2012.

A aplicação do questionário, que trata de verificar a permanência de práticas tradicionais em reservas extrativistas no Estado de Rondônia, levantou os seguintes dados: identificação, infraestrutura, educação, saúde, economia, meio ambiente, gestão, religião,



organização social e, por fim, as observações a fim de captar sugestões e críticas dos moradores. Fez-se também, uma pesquisa documental, utilizando dados da SEDAM/IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, de Organizações Não-Governamentais e outros que puderam contribuir para o estudo do tema.

Por fim, realizaram-se entrevistas com líderes de associações de seringueiros extrativistas no município de Machadinho do Oeste/RO no mês de junho de 2011, devido à concentração da maioria nesta região. Com os moradores das Resex localizadas no Estado de Rondônia, as entrevistas foram feitas pela equipe técnica da SEDAM, orientados e coordenados pela pesquisadora.

4 Práticas Tradicionais das Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia

Os resultados apontam que das 21 Resex pesquisadas, apenas 19 Resex são habitadas, possuindo uma população de 868 moradores. A Resex Rio Cautário apresenta o maior número de pessoas e famílias, seguido pela Pacaás Novos. Na região de Machadinho do Oeste estão localizadas as quatro reservas que possuem apenas um morador em cada uma delas. As demais reservas extrativistas estão na faixa entre um a quatro famílias. As Resex Ipê e Curralinho não possuem moradores, em função dos conflitos gerados pelos madeireiros. Na entrevista com o representante da Cooperativa, o mesmo informou que não incentiva a ocupação, tendo em vista que os conflitos gerados entre os madeireiros e extrativistas podem gerar a morte dos mesmos. A Tabela 01 mostra o total de famílias e pessoas/família por Resex.

**Tabela 01 – Total de Famílias e Pessoas/família nas Resex de Rondônia**

Reserva Extrativista	Total de Famílias	%	Total de Pessoas/família	Média
Rio Cautário	48	19,6%	192	4,0
Pacaás Novos	41	16,7%	162	4,0
Aquariquara	37	15,1%	97	2,6
Rio Preto Jacundá	24	9,8%	123	5,1
Jaci Paraná	24	9,8%	55	2,3
Pedras Negras	21	8,6%	84	4,0
Maracatiara	18	7,3%	64	3,6
Castanheira	11	4,5%	43	3,9
Piquia	4	1,6%	4	1,0
Mogno	3	1,2%	10	3,3
Massaranduba	3	1,2%	9	3,0
Itaúba	3	1,2%	11	3,7
Roxinho	2	0,8%	3	1,5
Angelim	1	0,4%	1	1,0
Freijo	1	0,4%	1	1,0
Seringueiras	1	0,4%	1	1,0
Sucupira	1	0,4%	3	3,0
Jatobá	1	0,4%	1	1,0
Garrote	1	0,4%	4	4,0
Ipê	0	0,0%	0	0,0
Curralinho	0	0,0%	0	0,0
Total	245	100,0%	868	-

Fonte: Dados da Autora (2011)

A mandioca, comercializada na forma de farinha, é o produto com maior volume de produção e presença nas reservas, com contribuição das Reservas Rio Preto-Jacundá e Rio Cautário. O café, segundo produto em volume de produção, está presente na Reserva Aquariquara que detém mais de 50% da produção.

**Tabela 02 – Produção (Kg) dos Produtos Agrícolas por Reservas**

Reserva Extrativista	Mandioca	Café	Milho	Arroz	Outros*
Rio Cautário	19963	0	7780	1000	5980
Pacaas Novos	18470	0	5900	2050	912
Aquariquara	0	32620	0	0	1672
Rio Preto Jacundá	34800	13814	0	0	260
Jaci Paraná	345	0	0	0	0
Pedras Negras	1760	0	1750	50	0
Maracatiara	50	840	0	0	380
Castanheira	5000	6956	0	0	19
Outras Resex	6900	1982	0	0	0
Total	87288	56212	15430	3100	9223

* banana, cacau, feijão e cana-de-açúcar

Fonte: Elaborado pela Autora.

Além dos quatro produtos destacados, aparecem com alguma produção em várias Resex os produtos: cana, cacau, feijão e banana. Em termos de renda, os dois produtos mais significativos: são mandioca (farinha) e café. A produção de farinha de mandioca constitui outra forma de geração de renda. Em casas de beneficiamento de mandioca, a casca é tirada, lavada, moída e prensada. Depois disso, o produto passa pela peneira e, por fim, é torrado. A farinha é comercializada o ano todo.

Os dois principais produtos extrativos mais expressivos são a Castanha-da-Amazônia e o Látex, com destaque para a Reserva Rio Cautário na produção do primeiro e a Reserva Aquariquara na produção do segundo.

Tabela 04 – Produção (Kg) dos Principais Produtos Extrativos por Resex

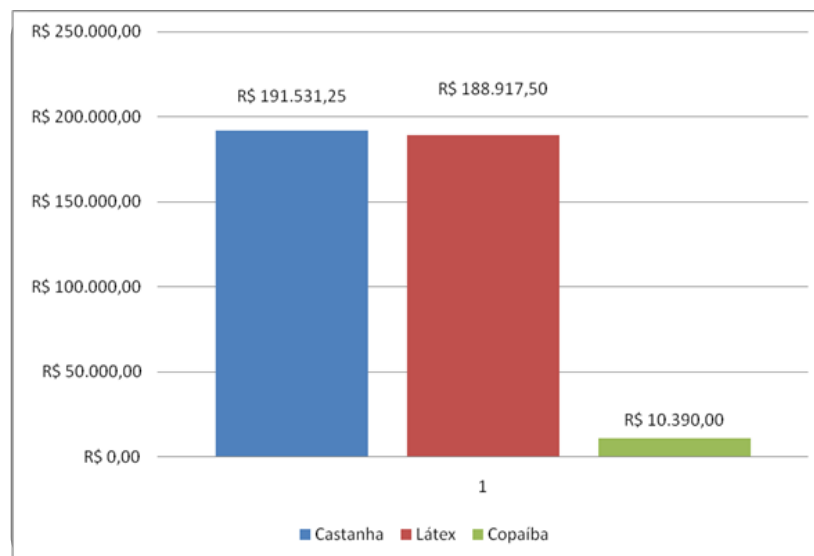
Reserva Extrativista	Castanha	Látex	Copaiba	Açaí
Rio Cautário	95468	11742	221	0
Pacaas Novos	9855	233	0	0
Aquariquara	2920	34185	25	0
Rio Preto Jacundá	7992	0	713	461
Jaci Paraná	800	0	30	0
pedras Negras	23586	0	0	0
Maracatiara	4444	15213	0	0
Castanheira	1420	6650	50	4500
Piquiá e Outras	6740	7544	0	24
Total	153225	75567	1039	4985

Fonte: Elaborado pela Autora.



Em termos de renda, constata-se o predomínio da castanha-da-amazônia e o látex. O açaí, embora presente na produção de algumas reservas é um produto extraído mais para o consumo do que para comercialização.

Gráfico 01 – Renda Anual (R\$) dos Principais Produtos Extrativos



Fonte: Elaborado pela Autora.

O escoamento da produção agroextrativista foi apontado como um dos principais problemas para a comercialização dos produtos. O atravessador aparece como principal comprador tornando o extrativista refém desse tipo de comércio. Por isso, a importância de fornecer meios de transporte e melhorar o escoamento como forma de facilitar a venda dos produtos no comércio, garantindo melhores preços.

A gestão sustentável dos recursos vegetais extrativistas é mais uma das opções para a conservação da biodiversidade, implementação de políticas de uso múltiplo da floresta e desenvolvimento de uma parcela da população que ali vive. Os recursos não madeireiros, se manejados corretamente, causam impactos ecologicamente resilientes à floresta, comparados à atividades econômicas tais como a agropecuária, a mineração, a exploração madeireira, a construção de barragens, a urbanização desordenada e, ainda, a prática turística sem orientação ambiental.



Foi a aptidão e a diversidade florestal em potencial não madeireiro, na forma de borrachas, resinas, gomas, fibras, alimentícios, etc., que retardaram as atividades econômicas baseadas na conversão da floresta fomentadas pelas políticas de renda do governo brasileiro para a Região Amazônica.

Mesmo sendo a sua participação pequena na composição do produto regional, a extração vegetal ainda gera ocupação para uma população de 1 milhão de pessoas da Região Amazônica (HOMMA, 1992). Isso leva a que a sua importância socioeconômica possa assegurar benefícios diretos e indiretos ao bem-estar social local, nacional e global, uma vez que contribui para a conservação da floresta e da sua biodiversidade.

4.1 Considerações Acerca do Levantamento nas Práticas Tradicionais em Reservas Extrativistas

Na visão dos extrativistas, a reserva é de grande importância e, no discurso da maioria dos entrevistados, suas presenças contribuem para a preservação, pois sua permanência diminui as invasões e o desmatamento.

Os entrevistados responsáveis pela colocação têm necessidade da presença dos organismos públicos. No último item do questionário, ficou evidente a falta do governo em todas as esferas, pois há necessidade de acesso à saúde, à educação, à energia elétrica, alternativas econômicas para que possam continuar em suas colocações e, assim, continuar com suas atividades.

Nesse sentido, novas alternativas poderiam estar sendo pensadas, em parceria com as organizações (cooperativas, associações, sindicatos) já existentes e as esferas governamentais.

O governo dispõe de poucos funcionários para atuar nas RESEX de Rondônia, tanto que as comunidades reivindicam a presença de órgãos como SEDAM, IBAMA e outros, quando há conflitos internos, estes são solucionados, muitas vezes, sem a participação dos funcionários desses órgãos.

As propostas de geração de renda que visam manter o extrativista na floresta, geralmente apresentam um elevado custo para sua execução, e na prática os resultados são poucos, havendo poucos compradores para a produção das famílias, os preços são



quase sempre inferiores aos praticados em outras localidades. De acordo com o NAPRA⁶ “os produtos vendidos por pequenos comerciantes nas comunidades também são relativamente caros, o que estimula as famílias a produzirem mais para autoconsumo do que em outras comunidades da região”.

Com a criação das reservas, o extrativista teve que se adaptar a toda uma estrutura exterior a ele e seguir novas determinações: plano de utilização, plano de manejo e zoneamento, todos baseados na vivência do grupo. Os extrativistas não precisam de razões para manter a floresta em pé, ou para deixar de caçar em quantidade, ou mesmo para preservar seu espaço, porque aprenderam a tirar dali seu sustento. Hoje, a vivência nas associações fez com que muitos viessem mais para as cidades e tivessem acesso a novas necessidades de consumo, principalmente as novas gerações, que já não se veem mais como moradores de reservas depois de morarem na cidade para estudar, pois nas cidades as trocas simbólicas com outras culturas são mais intensas, há maior velocidade nas mudanças. O sistema de ensino é mais estruturado, os equipamentos culturais são em muito maior número e há o dinamismo próprio das universidades. No ambiente rural, especialmente ribeirinho, a cultura mantém sua expressão mais tradicional, mais ligada à conservação dos valores decorrentes de sua história, o que faz com que muitos moradores mesmo na cidade fiscalizem seu espaço na reserva onde mantém uma pequena roça e às vezes um membro da família fiscalizando o espaço.

O reconhecimento das implicações pelas mudanças geradas nas estruturas políticas determinam nova conjuntura para a gestão do desenvolvimento e do papel do Estado, permite entender as novas condições em que se direcionam os governos da região. O aprofundamento e a intensificação da globalização marcaram o novo cenário para o futuro desenvolvimento da sociedade territorial. Suas implicações, além de econômicas, abrem um mundo de riscos e oportunidades e permitem estabelecer condições de inserção que desvelam grandes debilidades nas estruturas econômicas e políticas.

De acordo com Grupo de Trabalho Amazônico (GTA, 2010), as unidades de conservação em Rondônia encontram-se, via de regra, em situações com grande precariedade de implementação, o que aumenta a sua vulnerabilidade à invasões que geram devastação ambiental e conflitos sociais. Por exemplo, no caso das UCs estaduais e

⁶ Disponível em: <http://www.napra.org.br/?page_id=148> Acesso em 02 Fev 2013.



federais, existem sérias pendências relacionadas à preparação e implementação de planos de manejo e à criação e efetivação de conselhos de gestão das áreas, em contraste com as determinações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - Snuc (Lei 9.985/00) e a legislação estadual em Rondônia, como já abordado anteriormente. Todas as áreas protegidas apresentam problemas crônicos relacionados à alocação e manutenção de pessoal qualificado, infraestrutura física e, sobretudo, à garantia de fontes permanentes de recursos financeiros para a sua gestão e proteção.

As comunidades tradicionais não têm contado com um mínimo de apoio para assegurar a integridade de seus territórios e a viabilização de atividades econômicas ambientalmente sustentáveis e culturalmente apropriadas.

Medidas específicas podem ser adotadas nas Resex, na tentativa de melhoria das condições dessas populações, como proposto pelo grupo de estudo GTA (2008), tais como:

Reativar o Grupo de Trabalho para o apoio às Resex de Rondônia (GT-Resex) instituído pela Portaria Estadual nº 073/2005, realizar ações prioritárias de implementação das Reservas Extrativistas, como resolução de problemas fundiários, concessão de direito de uso e efetivação de conselhos e planos de manejo das unidades; implementar

sinalização e reabertura dos limites e marcos das Resex, sobretudo em lugares críticos (divisas secas, especialmente onde há forte pressão sobre os recursos florestais); implantar um programa de alfabetização de adultos para moradores das Resex; realizar auditorias em contratos firmados entre empresas madeireiras e associações de seringueiros, com a suspensão de contratos em desacordo com a legislação e a responsabilização de autoridades públicas que têm praticado irregularidades, conforme demonstrado nesta publicação; garantir investigação e punição dos crimes de assassinato das lideranças João Batista Tomasi (2000), Carlos Francisco Góes (2005) e João Batista Sunktak (2006); implementar medidas para coibir invasões, venda e ocupação de terras para não-extrativistas, responsabilizando formalmente os diretores de associações e outros responsáveis por tais atos ilegais; e promover a “federalização” das Resex estaduais de Rondônia, considerando o descaso do governo estadual com tais áreas, de modo a garantir condições necessárias para o cumprimento de seus objetivos como espaços territoriais de interesse ecológico e social (GTA, 2010). Inclusive, fazer cumprir a Lei n. 10.267, de 28 de



agosto de 2001, que obriga a realizar o georreferenciamento de imóveis rurais e cadastro do imóvel, acabando de vez com a grilagem de terras.

CONCLUSÃO

A presente tese teve como objetivo geral analisar as práticas tradicionais no ambiente vulnerável, utilizando como estudo de caso a atividade do extrativismo vegetal nas 21 Reservas Extrativistas do Estado de Rondônia.

A questão proposta pelo estudo visa descrever e analisar as práticas tradicionais nas reservas extrativistas, buscando compreender um modo relação humano/natureza construído ao longo do tempo, e oferecer proposições que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Assim, desenvolvimento sustentável aqui é entendido como alvo a ser alcançado, mas, ao mesmo tempo, como um modo ou estratégia, para a busca da sustentabilidade da floresta diante do contexto atual da globalização e a acirrada competição presente nos mercados em nível local, regional e mundial.

Sem sombra de dúvidas, a reserva é de grande importância, inclusive para o próprio governo, já que, com a presença dos extrativistas na floresta, espera-se que estes cuidem da área de forma que as invasões e os desmatamentos irregulares diminuam ou mesmo tenham fim.

A pesquisa aponta que as Reservas Extrativistas Estaduais de Rondônia têm suas atividades econômicas baseadas na venda de produtos como a borracha, castanha e óleo de copaíba. A produção da farinha de mandioca aparece como uma das principais atividades da agricultura de subsistência, além de sua importância na base alimentar desses povos. Nos últimos anos, a exploração de recursos madeiros nessas unidades vem despontando como uma das alternativas de renda. Referente aos aspectos sociais, as unidades estudadas seguem uma evasão populacional, decorrente de uma combinação de fatores, entre os quais, a dificuldade no acesso aos serviços sociais básicos.

As propostas de geração de renda que visam manter o extrativista na floresta geralmente apresentam um elevado custo para sua execução, e na prática os resultados são poucos.



REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: Desafios à sua implantação. **Tempo e Presença**. Revista mensal do CEDI. Rio de Janeiro; São Paulo, Ed. Especial, p.32-34, Ago/Set., 1989.

_____. **A construção social de políticas ambientais**. Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília. 827p. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2002.

_____. A Construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Editora UFPR, n. 18, p. 39-59, jul/dez, 2008.

_____. Ambientalismo político y reforma agrária: de Chico Mendes al movimiento de la tierra. **Nueva Sociedad**, n. 150, 57-68, jul-ago, 1997.

ANDRESEN, E. Effect of forest fragmentation on dung beetle communities and functional consequences for plant regeneration. **Ecography** 26:87-97, 2003.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia sustentável – PAS: diagnóstico e estratégia**. vol. 1. Brasília: MI/MMA, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. **Referências conceituais e metodológicas para gestão ambiental em áreas rurais**. Brasília: MMA, 2006. (Cadernos Gestar nº 1).

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. 2006**. Disponível em: <<http://multimidia.brasil.gov.br/regularizacaofundiaria/documentos/PlanoDesenvolvimentoSustentavelAmazonia.pdf>>. Acesso em 17 Fev.2013.

CAVALCANTI, F. C da S. **A política ambiental na Amazônia: um estudo sobre as reservas extrativistas**. Tese (Doutoramento em Economia). Instituto de Economia da UNICAMP, 2002.

FREITAS, A. V. L.; Leal, I. R.; Uehara-Prado, M. & Lannuzzi, L. Insetos como indicadores de conservação da paisagem. In Lewinsohn, T. M., Freitas, A. V. L. & Prado, P. I.. **Conservation of Terrestrial Invertebrates and Their Habitats in Brazil**, 19:640-645., 2005.

GTA RONDÔNIA. **RESEX de Rondônia denunciam omissões de governos**. Disponível em: <http://www.gta.org.br/noticias_exibir.php?cod_cel=1534>. Acesso em: 23 mai. 2010.

GTA. **O fim da floresta?** A devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia. Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, Regional Rondônia, Junho de 2008.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Reservas Extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia? **R. Pará Desenvolvimento**. n. 25. Extrativismo vegetal e reservas extrativistas, Belém, 1992.



IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Pesquisa Regional sobre o manejo de produtos florestais não-madeireiros na Amazônia**. Relatório Técnico Parcial. Sebrae/AC – Contrato nº 10/2008. Belém/PA: Imazon, 2008.

IMAZON. **Protected Areas in the Brazilian Amazon: challenges and opportunities**/ [organizers Adalberto Veríssimo... [et al.]]. -- Belém: Imazon; São Paulo: Socioenvironmental Institute, 2011.

KLEIN, B. Effects of forest fragmentation on dung and carrion beetle communities in central Amazonia. **Ecology** 70:1715-1725. 1989.

MACIEL, R. C. G. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. Dissertação de mestrado. UNICAMP, Campinas, 2003.

PAGLIA, A. P., FONSECA, G. A. B. da, RYLANDS, A. B., HERRMANN, G., AGUIAR, L., CHIARELLO A. G., LEITE, Y. L. R., COSTA, L. P., SICILIANO, S., KIERULFF, M. C. M., MENDES, S. L., TAVARES, V. da C., MITTERMEIER, R. A. and PATTON, J. L. No prelo. **Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil / Annotated Checklist of Brazilian Mammals**. 2ª versão atualizada / 2nd edition. Occasional Papers in Conservation Biology, Conservation International, Arlington.

RIBEIRO, Beatriz; VERÍSSIMO, Adalberto; PEREIRA, Kátia. O avanço do Desmatamento sobre áreas protegidas em Rondônia. **Imazon: O estado de Rondônia**, n. 06, dezembro/2005. Disponível em <www.Imazon.org.br>. Acesso em: 10 mai. 2006.

_____. O Estado da Amazônia: o Avanço do Desmatamento sobre as Áreas Protegidas em Rondônia. **IMAZON**, nº 6, Dezembro de 2005. Disponível em <www.imazon.org.br>. Acesso em: 08 jan. 2010.

RODRIGUES, M. T. The conservation of Brazilian reptiles: challenges for a megadiverse country. **Conservation Biology**. Willwy-Blackwell. 19, 2005. p. 659- 664.

SAULE, JR. N. CARDOSO, P.M. **O direito humano à moradia em Porto Velho Velho e os desafios para o desenvolvimento sustentável de uma cidade da Amazônia**. São Paulo: Instituto Pólis, 2005.

SIENA, O. et al. Sustentabilidade dos produtos florestais não-madeiráveis (PFNM) do estado de Rondônia. **RARA. Revista de Administração e Negócios da Amazônia**. Versão impressa, Porto Velho, v. II, n. 1, 2011.

YOUNG, C. E. F. Financial mechanisms for conservation in Brazil. **Conservation Biology** vol. 19, p. 756-761, 2004.

YOUNGER, S. Reciprocity, Sanctions, and the Development of Mutual Obligation in Egalitarian Societies. **Journal of Artificial Societies and Social Simulation**, 8(2), 2005. 24 p.